

EUROPA: DAQUI PARA A FRENTE

Manuel Lobo Antunes

A terceira presidência portuguesa no segundo semestre de 2007 ocorrerá num ano fundamental para o futuro político da União Europeia (UE). É um risco prever o que alcançaremos no curto espaço de seis meses (dos quais Julho e Agosto, o que concentrará afinal a agenda de trabalho num espaço de tempo útil muito curto). Certamente que não nos cabe «revolucionar» a Europa, mas, se nos for dada a oportunidade, procuraremos imprimir a nossa marca, num semestre que se apresenta como potencialmente decisivo para a UE. Aliás, já nas anteriores presidências portuguesas deixámos um cunho próprio que nos prestigiou e fez história na União. O que não tenho dúvidas é que a Europa poderá contar com o profundo empenho e profissionalismo da diplomacia portuguesa.

As prioridades da presidência são conhecidas pois constam do programa do «trio» apresentado em Bruxelas no início da presidência alemã, e seria fastidioso estar a percorrê-las em toda a sua vastidão e detalhe. Gostaria apenas de deixar alguns apontamentos sobre a experiência deste período preparatório e daquele que se avizinha.

A cooperação com os outros elementos do «trio» (Alemanha e Eslovénia), responsável por conduzir a Europa nos dezoito meses que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2007, trouxe ganhos evidentes em termos de coerência e previsibilidade da acção das presidências rotativas, fundamentalmente através da introdução de um elemento fundamental na articulação deste grupo que representa bem, a meu ver, a múltipla diversidade dos estados que compõem a UE e o seu equilíbrio global: o factor humano, a confiança, a proximidade e o conseqüente estabelecimento de uma relação cúmplice entre os políticos, as diplomacias e as administrações públicas destes três países.

No plano das relações externas, o objectivo de realizar cimeiras com a África e o Brasil revela que Portugal não se inibe de assumir o seu papel como actor global, fruto da sua história, língua e cultura, que em muito supera o nosso peso específico actual em termos demográficos e económicos. As relações externas da UE não são um domínio restrito dos «grandes». Sempre defendemos que Portugal representa uma mais-valia para a UE em diferentes áreas do mundo e pode dar um contributo para o reforço do diálogo

estruturado com muitos dos seus protagonistas, regionais ou individualmente considerados, mais importantes. Já o provámos no passado (com as primeiras cimeiras Europa-África e UE-Índia, ambas em 2000) e queremos repeti-lo na nossa próxima presidência, apesar das dificuldades conhecidas, especificamente no que à Cimeira UE-África diz respeito. O interesse estratégico europeu de manter um diálogo de alto nível com o continente africano no designado «mundo globalizado», justifica plenamente, e porventura ainda mais urgentemente do que em 2000, o risco e os nossos esforços (e também os dos nossos parceiros, europeus e africanos). Enquanto director dos Serviços África do Ministério dos Negócios Estrangeiros na altura, participei no processo que levou à realização da primeira Cimeira Europa-África do Cairo e recordo que conseguimos então ultrapassar dificuldades que eram tidas por muitos como «insuperáveis», obstáculos quer processuais quer políticos, oriundos, aliás, de ambos os parceiros deste diálogo.

A Europa precisa de conseguir progressos concretos na frente das relações externas. Os últimos anos foram marcados pelas sequelas das fracturas causadas pela Guerra do Iraque. Importa agora concentrarmo-nos no que nos pode unir. De resto, as separações causadas pelo conflito iraquiano tiveram o efeito pedagógico de nos advertir para o perigo da divisão. Como ela nos paralisa e perigosamente nos coloca em campos opostos, submetidos a rótulos simplificadores ou a divisões maniqueístas do tipo nós e os outros. Devemos seguir exemplos como o dos passos dados recentemente no tocante ao papel de liderança que a Europa deseja desempenhar face às alterações climáticas. Mas não tenhamos ilusões: uma política externa verdadeiramente comum para a União continua, para os que a defendem, a ser um horizonte de longo prazo. Mas a dinâmica, a especificidade e a multiplicidade dos problemas que enfrentamos no plano externo, económico, comercial, de segurança, ambiental, energético, político, etc., irão cada vez mais, de forma gradual, exigir uma voz e acção únicas. Será, pois, a realidade a impô-las, mais do que a mera construção teórica.

A QUESTÃO DO TRATADO CONSTITUCIONAL

Tudo indica que o dossiê mais mediático e politicamente sensível da presidência portuguesa será a negociação de um novo tratado para a UE. O tempo de reflexão que se seguiu à rejeição do Tratado Constitucional acabou. A necessidade de agir não se compadece com excessivos períodos de contemplação. O mundo não espera pela União. Os outros estados, aliados ou competidores, seguirão inexoravelmente o seu caminho e já lá vai há muito o tempo em que aguardavam pela liderança europeia. Há portanto, aqui, uma questão de «tempo» e de oportunidade. Em Berlim, nas comemorações dos cinquenta anos dos Tratados de Roma, os líderes europeus chegaram a um consenso sobre a necessidade de agir e de afastar esta sombra de crise – pelo menos em termos de percepção pública – que paira sobre a Europa.

Sobre esta questão, porém, importa manter um discurso realista. Não diremos que será fácil, quando estamos perfeitamente conscientes de que será bastante difícil.

A nossa missão, enquanto presidência, será a de construir pontes. A posição nacional é conhecida: somos «amigos» do Tratado Constitucional (TC), e gostaríamos de reter o máximo possível da substância do delicado compromisso alcançado nesse processo longo e amplamente participado. O TC tem um fundamento democrático inquestionável que se iniciou em Nice, prosseguiu em Laeken e na Convenção e finalmente se concluiu na Conferência Intergovernamental (CIG).

Não caiu do céu, nem é obra de burocratas distantes e inimutáveis. Recordo, por outro lado, que muitos dos assuntos de novo em discussão já foram intensamente debatidos, alguns deles até à exaustão – como é o caso do chamado «pacote institucional» – pelo que se recomenda a máxima prudência, sobretudo face a tentações de reinventar a roda nesta fase. Por uma razão muito simples: todos nós, estados-membros da UE e seus cidadãos, precisamos de um compromisso que permita à UE avançar de novo. Mais um passo. Não nos podemos dar

NÃO NOS PODEMOS DAR AO LUXO
DE ENFRENTAR UM NOVO FRACASSO.
SE ASSIM FOSSE,
HAVERIA GRANDE PROBABILIDADE
DE ESTE EDIFÍCIO EUROPEU SE DESMORONAR.

ao luxo de enfrentar um novo fracasso. Se assim fosse, haveria grande probabilidade de este edifício europeu se desmoronar. Seria preciso então provavelmente começar de novo em bases bem diferentes das que existiam nos anos 50 do século passado.

Conscientes desta grande responsabilidade, temos dito que precisamos de receber do Conselho Europeu um mandato claro e detalhado, que sinalize uma vontade política inequívoca, por parte de todos os estados-membros, de avançar para uma CIG com uma probabilidade muito razoável de sucesso, no mais curto espaço de tempo possível.

O nosso empenho e eventual sucesso dependerão da vontade política dos estados-membros, de todos os estados-membros. Este é um exercício político – não de cariz técnico ou burocrático – que só chegará a bom porto se todos estiverem envolvidos e partilharem o sentimento de que foram ouvidos e contribuíram para o compromisso final. Como já tive oportunidade de afirmar publicamente, nomeadamente na Assembleia da República, todos os estados-membros da UE partilham de uma igual e soberana legitimidade. O compromisso – a haver um novo compromisso num futuro próximo – terá de ser assinado por todos os governos e aceite pelos respectivos parlamentos e opiniões públicas. São estas as regras do jogo, e é com base nelas que trabalharemos. Tendo chegado, todos, onde chegámos neste projecto, não há razão para descrermos, todos, de que não será possível avançar mais um passo no seu aprofundamento. Naturalmente que há uma responsabilidade partilhada, mas há também responsabilidades individuais que terão de ser assumidas se e quando for caso disso.

O DOSSIÊ TURCO

O processo de adesão da Turquia à UE terá também de ser analisado na nossa presidência, conforme determina o calendário. Respondi a uma jornalista que me inter-

pelou que este processo não é um problema, é um assunto. A posição nacional a respeito da Turquia é igualmente conhecida. Foram entabuladas negociações tendo em vista um objectivo final: a adesão da Turquia à UE, uma vez cumpridos, na íntegra, os critérios estipulados. Há obrigações para ambas as partes. À UE cabe desde logo a obrigação de negociar com boa-fé e transparência. Os compromissos assumidos pelos estados devem ser honrados e não se devem mudar as regras a meio do jogo. As negociações devem prosseguir. Consideramos que é do interesse estratégico da UE e dos seus estados-membros uma Turquia secular e ancorada no Ocidente, para além das oportunidades económicas, é bom não esquecê-lo, que se abririam com a adesão deste país. Os critérios de adesão, válidos para qualquer Estado candidato, determinam o estrito respeito pelos valores e princípios que foram a grande contribuição do Século das Luzes para o que nós, europeus, hoje somos e queremos continuar a ser. Sinceramente não vejo os riscos nem as desvantagens de uma Turquia na UE, e só assim o concebo, que respeite e cumpra as regras decorrentes desses valores e princípios. Portugal defende também que a liderança deste processo, do lado da UE, deve continuar a caber à Comissão. A Comissão conhece em detalhe os dossiês, cabendo-lhe também fazer a síntese do interesse geral. Não é portanto avisado querer diminuir-lhe o protagonismo ou desvalorizar as suas propostas. Estamos cientes das dúvidas que este assunto suscita em alguns sectores da opinião pública europeia e nalguns dirigentes políticos. Mas deveremos reflectir bem nas consequências que poderiam advir, até para a nossa própria credibilidade, de uma inversão dos nossos objectivos e compromissos.

A última vaga de adesões a Leste foi coerente com o desígnio histórico do ideal europeu: construir a paz e a estabilidade no continente europeu, através da democracia e da prosperidade partilhada. Este desígnio continua por cumprir em parte da Europa: pensemos, por exemplo, nos Balcãs ocidentais. A Europa não pode ter um buraco negro no seu seio, e parece certo que a tão almejada estabilidade daquela região tem

PORTUGAL CONTINUA A DEFENDER QUE O ALARGAMENTO A LESTE CONSTITUIU UM IMPERATIVO ESTRATÉGICO E MORAL. MAS IMPORTA RECONHECER QUE A NATUREZA E AS IDIOSINCRASIAS DO CLUBE EUROPEU SE ALTERARAM MUITO DESDE O ÚLTIMO ALARGAMENTO.

de ser acompanhada por uma perspectiva de adesão europeia tangível. A UE tem de ter quadros de referência exigentes nas suas relações com estados terceiros, mas não pode ela própria enredar-se na teia de boas intenções que generosamente tricoteia mas lhe impedem a flexibilidade necessária à alteração das circunstâncias. Não se trata de hipocrisia nem muito

menos de cinismo, e ainda muito menos de fechar os olhos ao que não pode ser escamoteado; mas a verdade é que não raras vezes a União fica enredada em si mesma, sem querer perder a face, o que é natural, mas incapaz de contribuir com a rapidez e a eficiência necessárias a cenários de grande complexidade política e que se alteram com grande rapidez.

Portugal continua a defender que o alargamento a Leste constituiu um imperativo estratégico e moral. Mas importa reconhecer que a natureza e as idiossincrasias do clube europeu se alteraram muito desde o último alargamento. Funcionar a 27 ou a 30, por muito boas que sejam as regras, é diferente de funcionar a 6 ou a 15. Atente-se no exemplo prático dos conselhos de ministros JAI, em que cada delegação tem direito a usar da palavra por escassos dois minutos.

O PROJECTO EUROPEU E O MUNDO DA GLOBALIZAÇÃO

Julgo, porém, que a principal mudança não tem que ver com questões processuais, mas antes na maior diversidade de visões sobre a dimensão política, económica e social do projecto europeu. Não sendo este facto em si próprio um mal, antes pelo contrário, ele gera porém uma maior dificuldade na gestão política de objectivos, expectativas e interesses, decorrente também de diferentes experiências históricas.

Correndo o risco da simplificação, alinham-se hoje mais claramente duas correntes com perspectivas diferentes sobre o devir europeu: uma que vê a Europa antes de mais como um grande mercado livre, porventura cada vez mais mercado e cada vez mais livre, com algumas políticas comuns aqui e ali, deixando na órbita (quase) exclusiva da soberania nacional dimensões tão importantes como a social ou a fiscal. Daqui a grande ênfase colocada na questão da subsidiariedade ou na devolução de competências. É a dita «Europe that delivers», prática, pragmática, desregulamentada, sem demasiada ideologia. Outra corrente, todavia, exige uma maior coordenação económica na Zona Euro, orientada para mais crescimento e emprego, colocando o reforço da competitividade e a preservação das conquistas sociais no mesmo pé. É a Europa de mais crescimento e emprego, certo, mas também mais empenhada na preservação e desenvolvimento do modelo social europeu, embora reformando-o, e na defesa dos serviços públicos. Aqui prevalecem palavras de ordem como solidariedade, coesão (nas várias áreas), aprofundamento. Tem sido possível até agora a convivência entre estas perspectivas, conjugando elementos de ambas, mas não tenho como líquido que assim possa ser sempre e que os estados-membros, e os cidadãos europeus, não sejam chamados no futuro a fazer opções fundamentais sobre a Europa que queremos construir daqui para a frente. O desemprego é, de longe, o problema que mais aflige os europeus, como indica o Eurobarómetro. É necessário mais crescimento e mais emprego, mediante o reforço da coordenação – designadamente entre os governos da Zona Euro – em áreas como a economia, as políticas sociais e a fiscalidade. O euro é um sucesso, mas só por si uma moeda comum não basta para defender o emprego e aprofundar a coesão económica e social europeia.

O reforço do pilar social da Estratégia de Lisboa assume-se cada vez mais uma prioridade, à qual gostaríamos de dar um impulso no decurso da nossa presidência, tal como consta do programa do «trio». Uma Europa sem solidariedade e coesão estará condenada a deslaçar-se.

Sujeito a ser desmentido, se a Europa é também um projecto político e ideológico na medida em que nasceu de uma ideia (união de estados e povos) para atingir um objectivo (não mais guerra na Europa), ela tem de ser muito mais do que um mercado aberto, pautado por algumas políticas comuns. A Europa política também não se resume a um conjunto de regras institucionais bem definidas. A Europa deve ser antes de mais uma comunidade de valores, que os seus cidadãos sintam como fundamentais, que sejam sinónimo de esperança e em nome dos quais estejam também dispostos a fazer sacrifícios, se for necessário.

A identificação com esses valores reforça-se através de projectos europeus que tragam benefícios reais para os cidadãos, no seu dia-a-dia. Progressos como a abolição das fronteiras, a moeda comum, o intercâmbio de estudantes, alteraram, para melhor, as nossas vidas.

Não basta apenas negociar um novo tratado. Os tratados são instrumentos jurídicos, mas não se substituem à vontade política de ir mais além, em conjunto. São hoje necessários novos projectos que traduzam, no concreto, essa vontade política colectiva de que a Europa parece carecer. Sem dúvida que persistem muitos domínios em que as respostas políticas devem ser dadas no estrito âmbito nacional, mas outros há em que, com cada vez maior premência, deve ser reforçado o sentido de entreatajuda e de cooperação, em nome da eficácia e da solidariedade.

Não nos iludamos, a manutenção do *status quo* não é opção. Há novos problemas – estou a pensar nas migrações e na energia, por exemplo – cuja dimensão exige respostas políticas urgentes, de âmbito colectivo. Se não conseguirmos chegar a novos compromissos, mais profundos – designadamente sobre questões que afectam a coesão da própria UE, nas suas dimensões económica e social –, será porventura demasiado forte a tentação de se construir uma Europa de geometria variável, com cooperações reforçadas sem cobertura dos tratados. Não creio que isso seja desejável, pois daí resultariam novas divisões e clivagens políticas. É certo que será difícil avançarmos todos – a 27 ou mais –, em todas as áreas, ao ritmo necessário. Mas importa assegurar que quaisquer novas cooperações reforçadas tenham regras claras, no âmbito do Tratado, e que sobretudo se façam numa lógica inclusiva e de abertura a quem nelas queira participar.

O projecto europeu continua a ser uma história de sucesso. Estamos todos de acordo sobre o carácter histórico e sem precedentes na Europa dos progressos alcançados ao longo dos últimos cinquenta anos. No que não estamos ainda todos claramente de acordo é sobre para aonde queremos ir, e se queremos ir juntos, com a mesma profundidade e velocidade.

Não caberá certamente a esta geração de líderes europeus ter a última palavra sobre o formato definitivo da construção europeia. O aperfeiçoamento da Europa faz-se passo a passo, e por vezes sob o signo de uma certa ambiguidade construtiva. Não me preocupa o modelo formal. O debate, a meu ver, sobre se devemos ou não caminhar para

os Estados Unidos da Europa, é inútil e estéril. O modelo vai-se construindo à medida das necessidades e das possibilidades. Ninguém sabe sinceramente qual o seu limite, debate aliás extremamente difícil. Mas predomina hoje, na Europa, um novo sentido de urgência. Durante séculos os europeus sentiram-se donos da História. A realidade de hoje, porém, é que as velhas nações europeias, grandes e pequenas, pesam cada vez menos individualmente, fora deste desígnio comum que é a construção da Europa. Num mundo com seis biliões de habitantes e novas potências emergentes, a Europa tem de se unir face aos desafios desta globalização desregulada. Necessitamos de uma UE mais forte, melhor equipada – em termos de regras, políticas, instrumentos e recursos próprios – para lidar com os desafios do nosso tempo e corresponder dessa forma às expectativas da grande maioria dos cidadãos europeus. A Europa pode e deve constituir-se como baluarte da esperança e da possibilidade de construir um modelo que faça a síntese entre liberdade, crescimento económico, justiça social e preservação do ambiente, numa lógica de parceria, cooperação e responsabilidade partilhada, ajudando também dessa forma a construir um mundo mais justo e equilibrado. **RI**

25 DE MAIO DE 2007